

**AUTOCONSTRUÇÃO E PAISAGEM: CIDADE INFORMAL E
SUJEITOS URBANOS DA PERIFERIA DE VIÇOSA (MG)**

**SELF-CONSTRUCTION AND LANDSCAPE: INFORMAL CITY
AND URBAN SUBJECTS OF THE PERIPHERY OF VIÇOSA**

Regiane Valentim Leite & Teresa Cristina de Almeida Faria

Universidade Federal de Viçosa – UFV
Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo – UFV
Campus UFV, CEP: 36570-000, Viçosa – MG
{regianevalente, tcfaria.au}@gmail.com

Recebido 16 de fevereiro de 2016, aceito 7 de outubro de 2016

RESUMO - Este artigo objetivou analisar os conceitos de autoconstrução e paisagem, relacionando-os à periferia urbana de Viçosa (MG). Através de pesquisa literária, partiu-se da discussão sobre: autoconstrução como prática constante, principalmente da população carente que ergue suas residências mediante o próprio esforço, perante as dificuldades em conquistar um lar; e paisagem não como mera descrição visual da realidade, mas como percepção da dimensão cultural e humana envolvida na modificação do território excluído. Destarte, mesclou-se os dois conceitos citados através do estudo empírico no bairro Nova Viçosa. Após observação direta e entrevistas com moradores, notou-se uma estreita relação entre o urbanismo excludente e o desenvolvimento segregatório no bairro, que negligenciado pela ação estatal, encontrou na autoconstrução alternativa para obtenção de moradia. Além disso, devido ao morador autoconstruir de forma gradativa, incessante, imprime ao local uma paisagem eternamente inacabada, em mutação, grafando no espaço a forte expressão dos seus desejos e necessidades habitacionais.

Palavras-chave: Autoconstrução, Paisagem Urbana, Assentamento Urbano Popular, Viçosa (MG).

ABSTRACT - The purpose of the present chapter is to analyze the concepts of self-construction and landscape, merging and relating them to the urban periphery of Viçosa (MG). Through extensive literary and documentary research, the theoretical discussion starts from the notions of: a) self-construction as a constant practice, especially of the low-income population that starts to lift their residences through their own work, given the innumerable impositions found in the environment for the conquest of a home; and b) landscape not as a mere visual description of the reality under study, but as an in-depth perception of the cultural and human dimension involved in the modification of an excluded territory. From these perspectives a blend of concepts of self-construction and landscape was made through the case study of a neighborhood in the city called Nova Viçosa. Through direct observation and conversations with the residents, the field work showed that there is a close relationship between conservative-excluding urbanism and the segregatory development of the neighborhood in question, which, when camouflaged and forgotten by State action, found in self-construction a possible alternative for obtaining housing, shelter. Moreover, because the resident-self-builder carries out works in a gradual and incessant way, it ends up impressing on the morphology of the place an eternally unfinished, constantly changing, self-constructed landscape, graphing on the space where this person lives the strong expression of wishes and housing needs.

Keywords: Self-Construction, Urban Landscape, Settlement Popular Urban, Viçosa (MG).

INTRODUÇÃO

Aos ouvidos de quem mora ou já morou em bairros de periferia, são familiares as seguintes frases: “Vou ajudar meu pai a emboçar a parede lá de casa” ou “Vai rolar aquela feijoada depois de enchermos a laje do vizinho”. Essas frases são típicas de uma prática bastante comum, principalmente em bairros populares, e

é a forma predominante de obtenção de moradia para grande parte da população brasileira: a autoconstrução.

Em um levantamento recente realizado pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR) e pelo Instituto DataFolha¹, em 2015, foi constatado que mais de 85% dos brasileiros autoconstroem e reformam suas moradias sem orientação profissional, limitados pelos baixos salários que impedem a contratação dos serviços de um arquiteto e urbanista e/ou de um engenheiro civil, por exemplo.

Diante dos salários limitantes e das dificuldades de acesso à casa própria dentro dos moldes formais, técnicos e estéticos impostos pela cidade legal, a autoconstrução, devido à sua massiva realização e importância, transformou-se em aspecto cultural das classes de menor renda, tornando-se um elemento concreto que faz do morador-autoconstrutor um agente de produção da cidade e *designer* amador das paisagens periféricas autoconstruídas e permanentemente inacabadas.

Esse cenário se reproduz em variados espaços citadinos espalhados pelo Brasil e pela América Latina sejam em grandes, médios ou pequenos centros urbanos. Desse modo, esse cenário pôde ser observado em Viçosa (MG), analisando-se especificamente o bairro Nova Viçosa, caso que será trabalhado ao longo desse artigo.

METODOLOGIA

No intuito de compreender o panorama histórico sobre a autoconstrução no Brasil, sua dinâmica e efeitos enquanto elemento constituidor da paisagem e produtor do espaço urbano, foram realizadas revisão bibliográfica e análise

¹ Para mais informações consultar: <http://www.caumg.gov.br> e <http://datafolha.folha.uol.com.br/>.

documental em revistas, leis, livros, produções científicas (teses, dissertações, artigos de periódicos, relatórios), e outras produções relevantes publicadas sobre autoconstrução e paisagem urbana.

Esses procedimentos possibilitaram contextualizar e mesclar os conceitos de autoconstrução e paisagem tomando como referência o estudo de caso feito no bairro Nova Viçosa, em Viçosa (MG), escolhido por ser um assentamento popular onde a prática da autoconstrução sempre esteve atrelada à sua história e ao seu desenvolvimento, bem como deu e dá forma à sua paisagem.

Para o trabalho empírico, fez-se uso da observação direta com registros fotográficos e incorporou-se as falas de dois antigos moradores do bairro, que autorizaram a realização de entrevista semi-estruturada, com auxílio de um gravador para posterior transcrição, sistematização e reflexão sobre as conversas.

O esquema a seguir (**Figura 1**) ilustra a metodologia utilizada aqui:

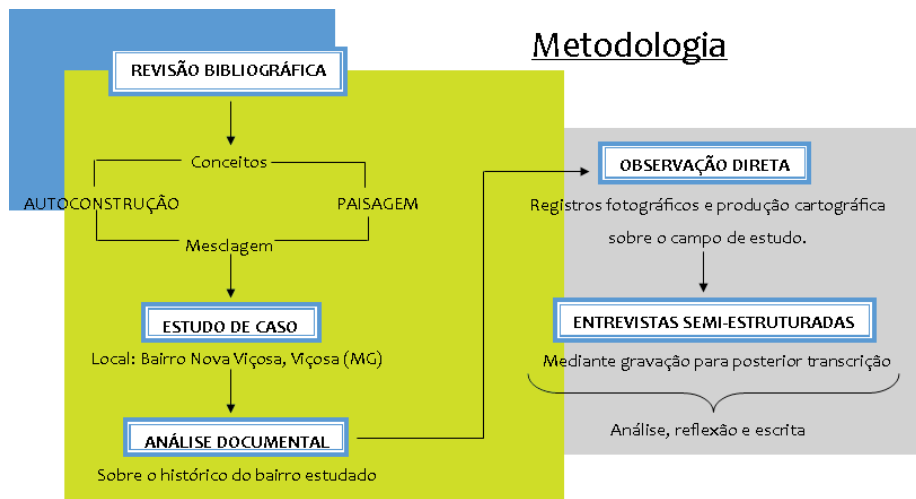


Figura 1 - Metodologia utilizada para o artigo.

Fonte: Acervo das autoras, 2016.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CONCEITO DE AUTOCONSTRUÇÃO

Consideramos neste trabalho que o termo autoconstrução se define como o...

“[...] processo no qual os próprios habitantes assumem diretamente a gestão da produção de suas moradias, adquirindo material, contratando profissionais ou trabalhando diretamente nas obras de construção ou reforma de suas moradias, localizadas principalmente nos assentamentos urbanos populares” (Sá, 2009: p. 24-25).²

Um aspecto importante dessa definição é que justifica a opção por adotá-la aqui é que a autoconstrução...

“[...] não se limita às construções onde os moradores trabalham diretamente nas obras, mas inclui também as realizadas por profissionais remunerados, geralmente do mesmo bairro ou vizinhança, trabalhando sob gestão direta de quem habita ou vai habitar as moradias. Neste caso, os moradores (atuais ou futuros) se constituem nos empreendedores, mas não necessariamente na mão de obra, embora seja muito comum o trabalho dos familiares como ajudantes da construção. Eventualmente, esta participação ocorre inclusive em mutirões com apoio de amigos, vizinhos, e da própria família” (Sá, 2009: p. 25).

² Essa é uma definição mais atual e completa encontrada nos estudos de Sá (2009), que se aproxima, ao mesmo tempo em que se diferencia, das definições do conceito de autoconstrução encontradas em Maricato (1982, p. 73) e em Bonduki (1998, p. 281) que encaram autoconstrução e mutirão autogerido como conceitos sinônimos.

De acordo com Villaça (1986), a casa própria no Brasil possui uma produção dual: a) a que se enquadra dentro dos moldes capitalistas, para ser vendida no mercado de habitações (valor de troca) e que é destinada às classes média e alta; e b) a casa autoconstruída produzida com o intuito de satisfazer a demanda por moradia do morador-autoconstrutor (valor de uso).

Esse último modo de produção autônoma de habitações passa a ser predominante³ nas grandes cidades na década de 1950 e passa a ser notada a partir de 1970 “em pequenas cidades devido à expansão urbana, às migrações e à valorização da terra”, quando ganha espaço na literatura que envolve as questões urbano-habitacionais no Brasil, com a denúncia dos dilemas citadinos através das lutas da Reforma Urbana (Leite, 2014).

Ao conferir maior visibilidade às dificuldades enfrentadas pela população de menor renda nos aglomerados urbanos, essas lutas desencadearam o desenvolvimento do conceito de Produção Social da Moradia que, ao entrar para a pauta política, fez surgir iniciativas baseadas nos mutirões autogeridos na década de 1980, que se constituíam em pequenas obras públicas ou projetos habitacionais organizados por associações, cooperativas ou pelo poder público e que resultaram em novas formas de produção de moradias e de recursos dentro da política habitacional brasileira⁴ (Sá, 2009).

³Existem diversos autores e estudos que indicam que a autoconstrução é a forma predominante de produção de moradia para grande parte da população brasileira. Dentre esses estudos, Sá (2009) aponta Azevedo (2007, p. 14), Fernandes (in Abramo org. 2007, p. 139), Maricato (2001, p. 38), Baltrusis (2007, p. 238) e o próprio CAU/BR, em parceria com o Instituto DataFolha (2015), como mencionado na introdução deste trabalho.

⁴A prática dos mutirões não é foco deste trabalho tendo em conta o fato de que tal prática não teve representatividade nas políticas implantadas no local de estudo (Bairro Nova Viçosa, Viçosa-MG), embora essa forma de autoconstrução seja fundamental para esclarecer o debate acerca da autogestão habitacional entre autores importantes como Francisco Oliveira (2006), Sergio Ferro (2006) e João Marcos Lopes (2006). Para compreender melhor o conceito de mutirão autogerido recorrer também às obras de Maricato (1982) e Bonduki (1998).

No entanto, buscamos abordar neste estudo os casos de autoconstrução que ocorreram de forma pulverizada⁵ no espaço urbano do bairro Nova Viçosa, vinculados a um processo de organização acadêmico-social que ganha corpo e identidade através das várias edições do Projeto HABITAT, desenvolvido sob responsabilidade do Departamento de Arquitetura e Urbanismo (DAU) da Universidade Federal de Viçosa (UFV). Esse projeto desenvolveu diversas ações intencionais de apoio técnico às famílias de baixa renda no desenvolvimento de projeto, reforma, regularização e/ou construção de suas habitações, tal como preconizado pela Lei nº 11.888/08, Lei de Assistência Técnica Habitacional Pública e Gratuita (LAT).

Consideramos que essa recente iniciativa contribuiu para ampliar e aprofundar o próprio conceito de Produção Social da Moradia que surgiu no âmbito da Reforma Urbana, sendo debatido na América Latina especialmente por Turner (1977) e por De La Mora (2007).

É imprescindível atentar-se ao fato de que...

“[...] observando o sentido de autoconstrução definido até aqui, percebemos que ele poderia ocorrer em diversas classes sociais e áreas do tecido urbano, assumindo um significado semelhante ao de autopromoção habitacional, pois eventualmente algumas famílias de classe média ou alta assumem diretamente a produção de suas moradias, realizando a aquisição do terreno, contratação de projetos, de mão de obra, material de construção, até a obtenção de créditos bancários para financiar este processo, quando necessário” (Sá, 2009, p. 26).

⁵ O termo “pulverizada” ao qual nos referimos tem o sentido utilizado por Sá (2009) e significa moradias construídas “uma a uma, e não em conjuntos habitacionais, embora estejam relativamente concentradas em assentamentos populares” (p. 36).

Contudo, centramos a pesquisa nas classes sociais de menor poder aquisitivo, mais precisamente nas famílias enquadradas na faixa de renda de até três salários mínimos, integrantes de um processo excludente e informal de ocupação do bairro Nova Viçosa ao longo de décadas, mas que ao mesmo tempo tiveram suas capacidades para responder às demandas por moradia reconhecidas e impulsionadas pelo Projeto HABITAT ao longo dos 10 anos de sua atuação (2004-2014).

Alertamos que durante a revisão de literatura realizada para este estudo foi constatado que o conceito de autoconstrução carece de estudos mais recentes, o que sugere que estaria acontecendo um esvaziamento sobre essa questão no meio acadêmico.

Notou-se que a maioria das produções a respeito estão concentradas nos períodos de 1970 a 1980 e depois no início da década de 2000. Como discute Davis (2006), é possível perceber que toda a produção bibliográfica no Brasil, e em outros países de “capitalismo periférico”⁶, trata esta forma de provisão de habitações como prática associada às condições problemáticas de habitabilidade com as quais se deparam os pobres das cidades grandes, médias ou pequenas.

Porém, é importante ressaltar que essas condições não são consequência apenas da forma como a população constrói, mas principalmente reflexo na inércia e ausência da ação estatal nos assentamentos populares, no que tange ao ordenamento territorial e serviços infraestruturais, como saneamento básico.

Tal aspecto demonstra um modelo excludente de produção da cidade, em que a população “se vira como pode”, sem apoio técnico baseado no planejamento

⁶ *Erminia Maricato (2009) adota a expressão “capitalismo periférico” para designar adequadamente os chamados “países subdesenvolvidos, países de terceiro mundo”.*

urbanístico e arquitetônico formal ou sem acesso aos recursos financeiros do sistema habitacional do governo.

Com o intuito de entender melhor o conceito aqui tratado, recorremos a Maricato (1979), ao assinalar que o ato de autoconstruir é herança do trabalho coletivo do meio rural, das tradições dos mutirões pós-colheita constituídos por...

“[...] festas com danças e bebidas num acontecimento que coroava o fim do dia, ou do processo de trabalho. A festa era uma forma de o pequeno produtor retribuir uma parte da ajuda prestada sendo que a outra parte seria retribuída em forma de trabalho, quando da convocação de um novo mutirão. [...] Se na zona rural essa prática começa a interessar os folcloristas ou estudiosos do folclore, dada sua extinção devido à “modernização” (que implica também atraso) nas relações de produção, nas cidades, principalmente nos grandes centros industriais, ela ganha importância cada vez mais fundamental no que diz respeito à construção de casas destinadas à classe trabalhadora bem como a outros aspectos do crescimento urbano, que tem no assentamento residencial da população que migra do campo para a cidade fator de influência significativa” (Maricato, 1979: p. 71).

Como apontado na introdução desse artigo pode-se dizer que as “confraternizações pós-construção” realizadas em forma de churrasco, feijoada, entre outros, são fatos que comprovam a semelhança com as festas pós-colheita no campo, como forma de retribuição da ajuda de amigos e familiares na edificação das moradias. Essas são similaridades entre formas de solidariedade que comprovam a estreita relação entre as práticas que tanto o trabalhador rural

quanto o trabalhador urbano carregam, reproduzem e perpetuam em diferentes espaços “para suprir e permitir o acesso a direitos essenciais” (Leite, 2014: p. 16).

Porém, Maricato (1979) alerta que se deve tomar cuidado com a conotação romântica desse lado da prática que exalta o “sentimento de amizade e solidariedade entre moradores estimulados apenas pela alegre sensação de produzir a casa com as próprias mãos”. Segundo a autora, ao colocar essa “miopia” de lado, a verdadeira ótica demonstra que se trata de um processo alienante e que suga as horas de descanso do morador que autoconstrói sua casa após sua jornada de trabalho e/ou aos finais de semana, horas que não deveriam ser investidas em mais uma forma de reprodução da força de trabalho.

Desta forma, acontece uma “solidariedade forçada”, através da qual “firma-se um compromisso de troca de favores em bases espontâneas, apesar de ser ditado pela necessidade”.

Oliveira (1979) ainda coloca que...

“[...] se a autoconstrução tem a aparência de um reencontro entre o trabalhador e o produto, o fruto do seu trabalho, esse é um fetiche que recobre um processo altamente alienante, sendo o contrário da desalienação, pois fecha as classes trabalhadoras num “círculo de giz” onde atuam como criadores de uma riqueza social, que volta a ser posta a serviço do capital na medida em que a força de trabalho continua a ser uma mercadoria para o capital. Não se está, pois, frente a nenhum processo de desalienação, como pensa um certo populismo, que perigosamente pretende encaminhar proposições para o conjunto das classes trabalhadoras a partir de experiências que são um reforço à alienação” (p.16).

Concordarmos quando Maricato (1979) escreve “que o espírito de fraternidade e de solidariedade podem até existir no processo de construção de moradias populares, porém se dá sob o sacrifício do trabalho árduo que consome as horas de descanso do trabalhador”. Porém, apesar de toda a argumentação pertinente mencionada acima, entendemos que essas opiniões apresentam um olhar defasado, voltado geralmente à discussão sobre as experiências dos mutirões.

Experiências e opiniões que ainda não tinham experimentado políticas habitacionais desenvolvidas no Brasil como, por exemplo, o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) que, apesar de surgir como uma tentativa de redução do déficit habitacional no país, acabou por seguir um padrão excludente visto nas políticas convencionais que privilegiavam a implantação de conjuntos habitacionais nas periferias e conferem acesso à moradia para as classes populares em terrenos marginais, desterritorializando-as da cidade, pois...

“[...] parece-nos realmente improvável que toda a diversidade e volume dessa demanda possam ser respondidos por sistemas centralizados de produção de moradias. Por sistemas centralizados nos referimos a projetos e empreendimentos de grande ou médio porte, elaborados e conduzidos por empresas privadas ou órgãos governamentais. Esse modelo de produção demanda quase sempre grandes terrenos, onde se constroem unidades habitacionais padronizadas, geralmente com dimensões muito pequenas quando são destinadas ao público de baixa renda, ou de classe média-baixa” (Sá, 2009: p. 32).

Hoje, diante do cenário praticamente impenetrável de inserção na cidade formal pelas camadas populares, consideramos neste trabalho que a

autoconstrução tem de ser fortalecida nos programas que apresentam propostas para melhorar as condições habitacionais, visto que, utilizando de um jeito contrário a ideia de Maricato (1979), é forma potencial de...

“[...] um maior contato do morador produtor com a habitação produto, permitindo-lhe uma visão integrada de processo produtivo e portanto um contato desalienante com o produto, já que o morador acompanha, decide e executa os mínimos detalhes da própria habitação” (p. 72).

Pois...

“A importância quantitativa (e qualitativa) da autoconstrução junto ao proletariado das grandes cidades dos países capitalistas dependentes mostra que os programas e políticas oficiais estatais de habitação são muito menos importantes na produção da habitação popular do que querem fazer crer os relatórios técnicos oficiais. É principalmente através da autoconstrução que a maioria da população trabalhadora resolve o problema da habitação, trabalhando nos fins de semanas, ou nas horas de folga, contando com a ajuda de amigos ou parentes, ou contando apenas com a própria força de trabalho (marido, mulher e filhos)” (p.72-73).

Ao que tudo indica “a habitação popular autoconstruída é uma clara demonstração de como as classes subalternas resolvem essa questão frente às impossibilidades do/no seu cotidiano. É o possível frente ao inacessível” (Leite, 2014: p. 20).

A AUTOCONSTRUÇÃO E SUA TERRITORIALIDADE

A referência territorial é um elemento crucial para entender a autoconstrução por esta ocorrer geralmente em assentamentos urbanos informais, como se a informalidade e a irregularidade “andassem de mãos dadas” com o ato de autoconstruir moradias, consolidando essa aliança no espaço urbano ao longo de anos e viabilizando uma urbanização própria dos grupos menos abastados financeiramente. São territórios em constante “transição entre a irregularidade urbanística e fundiária, em busca de uma integração com a cidade formal” (Sá, 2009: p. 27).

Quando se fala em informalidade urbana há uma referência à produção espacial e habitacional não condizente aos parâmetros formais, legais de formação do território da cidade, tanto na dimensão urbanística, como nas dimensões jurídica e edilícia.

Um olhar atencioso sobre esses “territórios autoconstruídos da informalidade” evidencia que o volume de autoprodução habitacional supera o volume de produção do mercado formal e da ação governamental, principalmente no que tange à população com renda mensal de até três salários mínimos, que compõe a grande maioria do déficit habitacional brasileiro e tem sido um recorte bastante usual no desenho das políticas públicas, como é o caso da Lei nº 11.888/08 (Sá, 2009).

Além disso, é evidente que grande parte da população urbana, sem acesso ao mercado imobiliário formal e aos programas habitacionais do governo, busca alternativas para a obtenção de moradia utilizando os próprios recursos técnicos e financeiros, ocupando e construindo de forma precária nas áreas dotadas ou não de infraestrutura, principalmente nas periferias urbanas⁷.

⁷ *Dentre os variados usos que assume a expressão periferia, optamos aqui por relacioná-la às áreas onde ocorre a privação de serviços públicos e segregação no que tange ao acesso a benefícios dos territórios urbanos formais e ao direito de reconhecimento como parte integrante e predominante da cidade. Um uso do termo periferia que não se restringe à localização espacial no contexto urbano e à distância física em relação às áreas centrais.*

Periferias que não são alvo de maior interesse imobiliário e do planejamento urbano, frequentemente caracterizadas pela dificuldade de ocupação e urbanização ao encontrarem-se em terrenos mais declivosos, em áreas de proteção ambiental e/ou de risco, distantes dos centros de consumo e trabalho e onde a pouca “infraestrutura só foi conquistada com forte pressão social e/ou clientelismo político-eleitoral” (Sá, 2009: p. 28).

No senso comum estereotipado ou no contexto popular, esses locais marginalizados recebem diversas denominações sendo chamados de favelas ou até de invasões. Já no contexto dos movimentos sociais organizados e politizados, esses termos tendem a ser combatidos e modificados “com o desenvolvimento das abordagens governamentais e do planejamento urbano nas décadas recentes” (Sá, 2009, p. 28). Um exemplo disso é que na linguagem acadêmica e do planejamento urbano esses termos ganham nova roupagem: ocupações ou assentamentos irregulares, ilegais, espontâneos, subnormais, precários, de baixa renda, áreas pobres, etc.

Desse modo, entendemos que a práxis espacial é ponto essencial para se entender o cotidiano da cidade, e em acordo com as ideias de Sá (2009) adotamos como mais adequado para este estudo o termo “assentamentos populares”, com um sentido mais abrangente, abraçando dentro dele as casas populares autoconstruídas assentadas tanto em terrenos formais como em terrenos informais.

É importante destacar que para este estudo focamos a análise na forma de construção das moradias nesses assentamentos e não em questões legais ligadas, por exemplo, à propriedade de terra.

Apreende-se que é como solução à ideia de déficit habitacional que a autoconstrução se consolida nos assentamentos populares, e que é com a

contribuição das periferias, reconhecidas por Saunders (2013) como “o futuro das cidades”, mas que também são tidas como “anomalias” ou “arredores da desordem” (uma cômoda aparência), que o planejamento urbano torna-se possível (Leite, 2014).

AUTOCONSTRUÇÃO E AUTONOMIA

Mesmo com todos os dilemas da lógica habitacional popular mencionados aqui, a autoconstrução não é motivada apenas pelas dificuldades de inserção no mercado imobiliário formal, mas pode ser interpretada como...

“[...] uma alternativa ‘espontânea’ das próprias famílias quando buscam alguma autonomia para definir soluções habitacionais mais próximas de seu contexto sócio-cultural e de suas necessidades específicas. Alternativas que não estariam acessíveis (para esse público) no mercado imobiliário formal, nem são viabilizadas pela ação estatal. Lembrando, porém que as famílias de baixa renda não dispõem de muitas alternativas de acesso à moradia digna no contexto atual” (Sá, 2009: p. 30).

E dentro do universo extremamente limitado de escolhas e rumos, os moradores autoconstrutores se tornam agentes do espaço citadino, desenhando-o, grafando-o, mesmo que em forma de rascunho, mesmo que com um *design* amador, consolidando uma conquista territorial dentro do disputado meio urbano.

A autoconstrução representa uma grafia populacional que delinea a paisagem urbana enquanto alternativa mais vantajosa de provisão de moradia, antecipando-se aos agentes do mercado imobiliário ou das políticas estatais, antes mesmo “da população ser convertida em consumidores ou mutuários”

(Sá, 2009, p. 30). Uma mobilização financeira *outsider* do âmbito formal de reprodução e acumulação do capital imobiliário e da construção civil, em que não há intermediação direta de agentes econômicos estatais ou empresariais na produção e consumo da moradia.

Dentro do “mercado formiguinha”⁸ da autoconstrução, quem se destaca é o morador autoconstrutor que assume o papel de protagonista da sua produção habitacional e deixa à margem desse processo as regras ditadas pelo setor imobiliário e pelo Estado, priorizando respostas às suas necessidades de moradia e desfavorecendo a geração de lucro imobiliário ou de prestígio político estatal. Segundo Turner (1977), se trata de uma auto-governabilidade que rompe com os sistemas centralizados de produção habitacional e que estabelece formas mais adequadas e sustentáveis para a demanda das classes populares.

Nesse artigo, tomando como referência o bairro Nova Viçosa, consideramos que a autogestão se trata de uma forma rápida de suprimento da demanda por moradia das famílias carentes, mas não uma forma adequada, pois resulta quase sempre em edificações inseguras e insustentáveis.

⁸ Termo encontrado no artigo “‘Puxadinho’ aquece a construção civil”, de Geórgia Chouair do Jornal Estado de Minas, 2012, e utilizado pelo presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) na época, Paulo Safady Simão, a fim de designar a economia informal da autoconstrução desenvolvida pela população de menor poder aquisitivo e que pouco a pouco, com a compra lenta, porém massiva e progressiva de materiais de construção aquece a construção civil. Apesar de Paulo Safady Simão ter dito nesse artigo de 2012 que era contrário à criação de políticas de habitação popular com base nesse mercado, pois seria um estímulo à informalidade, segunda Sá (2009) inúmeros setores de produção e comercialização de materiais de construção já reconhecem o peso da movimentação financeira dessa economia popular e demonstram interesse em programas estatais nesse viés. Interesse que pode ser constatado em sites como o da Associação Brasileira da Indústria de Materiais de Construção (ABRAMAT) e da Associação Nacional dos Comerciantes de Material de Construção (ANAMACO).

Rocha (2011) argumenta ainda que a constituição das áreas periféricas autoconstruídas não se dá apenas pela indigência econômica e pela insuficiência habitacional como uma simples alternativa espontânea das famílias de baixa renda, mas que realmente se dá por uma tríade composta por “necessidade, desejo e fruição”, influenciada pelas relações de vizinhança e parentesco, pelo acesso aos locais de trabalho, entre outros. Ou seja, a ocupação e construção no local de moradia vão além de uma necessidade básica da vida humana, pois se leva em conta no momento da decisão:

- Facilidade de acesso ao terreno de um familiar ou lotes próximos, “em assentamentos populares consolidados e com algum nível de urbanização”, que equivalem a soluções habitacionais mais próximas do contexto sociocultural dos moradores (Sá, 2009, p. 30). Lugares onde o espaço individual e coletivo normalmente é usado, usufruído ao limite, sem limites, abrigando uma, duas ou mais casas nos pavimentos acima, abaixo, ao lado... Exemplos físicos e práticos que nos ajudam a entender porque Rocha (2011) menciona os termos fruição e gozo da potencialidade espacial da autoconstrução, e que nos ajudam a entender as ideias de Turner (1977) quando ele argumenta a prioridade dessas populações pelo abrigo familiar; e
- Facilidade de desdobramento das atividades cotidianas, como acesso aos locais de trabalho e comércio, possibilidade de deixar os filhos aos cuidados da avó na casa ao lado enquanto os pais trabalham, por exemplo; demonstrando que os “cidadãos enquanto indivíduos têm no desejo, e não apenas nas dificuldades, o motor de suas atitudes que vêm dos relacionamentos interpessoais, mesmo sob influências imperiosas do econômico” (Leite, 2014: p. 19).

Diante disso, mesmo que precária e limitadamente, a população de menor renda se torna sujeito e agente produtor do espaço urbano através da

autoconstrução, fazendo-se autônoma ao demonstrar sua capacidade de ajuste, inserção e resistência na cidade capitalista.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CONCEITO DE PAISAGEM

Apreciar a natureza e os lugares do mundo sempre foi prazeroso aos olhos humanos. Buscar entender os espaços através dessa apreciação significa uma evolução e um exercício constante, especialmente a partir do século XV, quando essa prática dá origem ao conceito de paisagem.

De acordo com Claval (1999), esse conceito assume múltiplas roupagens ao longo do tempo; inicialmente como mera análise de pinturas bucólicas e como descrição sintética e física da superfície terrestre e de seus elementos naturais enquanto objetos únicos de estudo, tendo o homem um papel secundário; e posteriormente, com as obras de Humboldt, é introduzida uma perspectiva mais densa ao estudo das paisagens ao levar em consideração a influência das atividades humanas na conformação da natureza. Essa evolução ocorreu paulatinamente, e com ela surgiu a Geografia Humana (Leite, 2014).

A Geografia Humana ampliou a análise de conceitos geográficos como espaço, lugar, região, território e, em especial, o conceito de paisagem, valorizando a sensibilidade dos pesquisadores em relação às dimensões humanas e culturais que permeiam o mundo, uma vez que:

“É tentador render-se às especificidades culturais das populações responsáveis pela variedade infinita das paisagens. Os geógrafos formados nas disciplinas do olhar - que sabem passar da visão horizontal ou oblíqua do passante, sensível a tudo o que lhe chega ao olhar, à visão sintética oferecida pela percepção vertical - são sempre reticentes quando lhes são propostas interpretações

culturais: eles têm o sentimento de que as abordagens funcionais que aprenderam a desenvolver vão mais longe e permitem entrar mais profundamente na intimidade dos fatos sociais e na sua tradução espacial” (Claval, 1999: p. 43).

Dentro da Geografia Humana encontramos a Geografia Cultural que tem como um de seus grandes representantes Paul Claval; geógrafo que defendeu que na análise das paisagens, que sofreram e sofrem as ações do homem, deve haver a conciliação de...

“[...] olhares distanciados com olhares imersos em um determinado local. Ao olhar mais distanciado, dá-se o nome de visão horizontal ou oblíqua, referindo-se ao ponto de vista direto do observador sobre a paisagem, o relevo e as marcas humanas. Esse ponto de vista é limitado e continua suficientemente próximo do ponto de vista dos pintores, embora permita uma visão geral de uma área ampla. Já ao olhar imerso dá-se o nome de percepção vertical, referente ao conjunto de observações e conclusões que se pode obter através da sistematização de resultados, quando a visão do geógrafo deixa de ser oblíqua e horizontal” (Leite, 2014: p. 48-49).

Esse avanço na abordagem de Paul Claval acerca do conceito de paisagem encontrou motivação nas obras de Josef Schmithüsen e Heinrich Riehl, que durante o século XIX já sentiam a necessidade de entender e desvendar, através da ciência, as marcas das populações nos espaços que eles mesmos modelam, pois consideravam as paisagens como a “obra de um sujeito, o povo, que persegue modalidades que variam com sua divisão em grandes linhagens, com os diversos status de seus membros e com as oposições sociais e políticas que ali se desenvolvem” (Claval, 1999, p. 46).

Claval (1999) encontrou motivação em Sauer, estudioso que adverte sobre a importância do observador em atentar-se à “dimensão viva” das paisagens, referindo-se à vida vegetal de um lugar como traços vivos da ação antrópica (p. 46). Entretanto, ao contrário do significado da expressão para Sauer, entendemos e utilizamos nesta pesquisa, assim como Claval (1999), o termo “dimensão viva” como a manifestação dos desejos e necessidades dos homens que constroem as diferentes paisagens.

Aqui buscamos adotar um olhar sensível à dimensão simbólica e cultural da paisagem do bairro Nova Viçosa, uma vez que analisamos a conformação desse assentamento popular urbano através da leitura da sua paisagem autoconstruída, conciliando dois olhares sobre a realidade do bairro em relação à prática da autoconstrução e à atuação do Projeto HABITAT:

- o horizontal, ou seja, um olhar mais geral, “tudo aquilo que fosse visto, o que a nossa visão alcançasse, o domínio do visível no bairro, tudo aquilo que o olhar abarcasse” (Santos, 1988: p. 21); e
- o vertical, ou seja, um olhar mais aprofundado e específico (vertical)

Essa combinação aliada ao estudo de Jacques (2003) possibilitou superar pontos de vista ligados somente à estética superficial das paisagens periféricas e descobrir traços de resistência habitacional e de uma urbanização própria das classes menos abastadas financeiramente.

Jacques (2003) foi obra fundamental para o desfecho do entendimento do conceito de paisagem referente aos assentamentos urbanos populares que se pretendeu alcançar nesse artigo, ao questionar a forma como o meio acadêmico segrega do campo disciplinar da arquitetura o que ela chama de “manifestações arquitetônicas vernaculares” das áreas pobres, das favelas, às quais é conferido o status de não-arquitetura.

Em uma abordagem a partir do ponto de vista do artista tropicalista Helio Oiticica, Jacques (2003) defende a existência de uma estética própria dos assentamentos, com arquitetura e urbanização específicas desses espaços, fruto de um processo espaço-temporal, definida a partir de Choay (1988) como uma estética vernácula: “arquitetura característica de uma região ou arte local”.

Estética essa que é analisada apoiando-se em três noções do pensamento pós-estruturalista resgatadas de Foucault, Deleuze e Derrida:

- 1) Fragmento: de acordo com a autora a formação das favelas é definida como um processo arquitetônico e urbanístico singular com características próprias, responsáveis por uma paisagem agregada por fragmentos (os barracos, casas autogeridas);
- 2) Labirinto: a aglomeração desses diferentes tipos de arquiteturas fragmentadas é delineada por vias confusas, que conformam verdadeiros labirintos espontâneos responsáveis pela ginga, movimento, fluidez dos habitantes que conhecem bem esses espaços; e
- 3) Rizoma: a expansão progressiva dos fragmentos e labirintos, por sua vez, se alastram pela cidade como rizomas com forte impulso de reprodução e sobrevivência diante de condições precárias para a instalação de moradias mais dignas.

Deste modo, buscamos atrelar a noção de paisagem de Claval (1999) à concepção de arquitetura encontrada em Jacques (2003) ao entender que os assentamentos urbanos populares costumeiramente são obra “do acaso, sem projeto e produto de bricolagem”, cuja “poesia ou estética” advém “justamente desse resultado único e inesperado” e que “obedece a uma lógica distinta daquela da arquitetura projetada”, sendo ligada à improvisação, ao movimento, ao anonimato e ao coletivo” (Sant’Anna, 2014).

MESCLANDO OS CONCEITOS EM UMA ANÁLISE ÚNICA: AUTOCONSTRUÇÃO E PAISAGEM NA PERIFERIA DE VIÇOSA (MG)

Histórico e caracterização do município

Em uma unidade territorial de 299,418 km², aproximadamente 77.318 pessoas habitam a chamada Viçosa, cidade integrante da mesorregião da Zona da Mata mineira, considerada de pequeno porte, mas que carrega o título de polo microrregional ao influenciar diretamente os municípios do seu entorno, como Teixeiras, Guaraciaba, Paula Cândido, Coimbra, Cajuri, São Miguel do Anta, Porto Firme, entre outros (IBGE, 2015). A **Figura 2** ilustra essa localização:

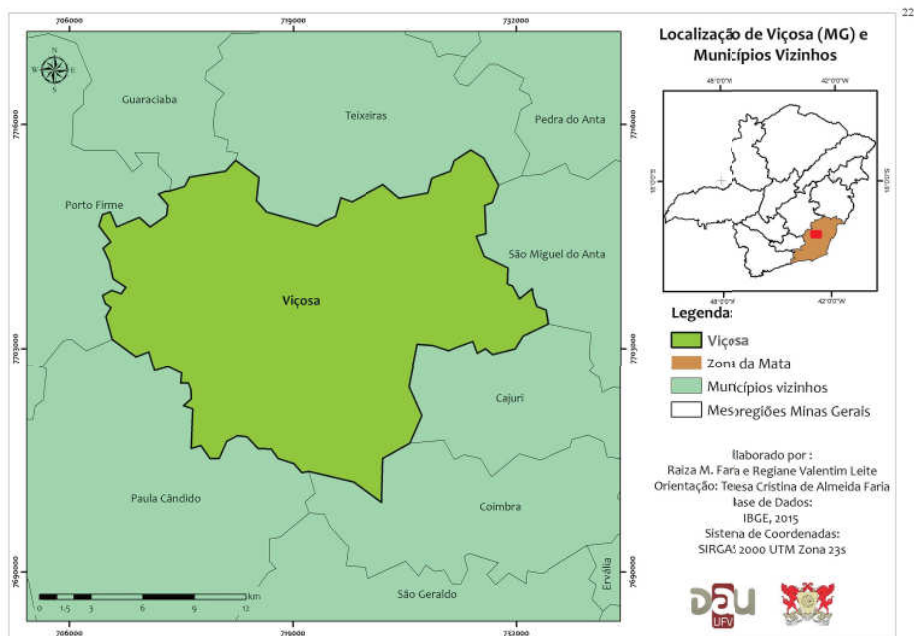


Figura 2 - Localização de Viçosa (MG) e municípios vizinhos.

Fonte - Acervo das autoras, 2017.

Distante 225 km da capital do estado, Belo Horizonte, acredita-se que Viçosa seja uma boa cidade para morar, pois ao analisar dados da Fundação João Pinheiro (FJP, 2010) vemos que seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) é alto e gira em torno de 0,775. Deste modo, espera-se ter vida longa nessa cidade (índice de longevidade de 0,883), boa renda (índice de renda de 0,758) e maiores e melhores condições de estudo (índice de educação de 0,696) (IBGE, 2015).

Os rios Turvo Sujo e Turvo Limpo perpassam sua região de planalto, com relevo acidentado composto por cadeias de montanhas agrupadas próximas umas das outras, com altas declividades e formando vales estreitos, o que contribui para a ocupação e construção de casas de parte da população em áreas íngremes (Ribeiro Filho, 1997).

A área urbana situa-se em um vale, com altitude próxima a 649 m, onde cerca de 40% do espaço construído está situado em área com declividade de até 15%; 20% situado em área com declividade entre 15 e 30% e onde os 40% restantes encontra-se em terrenos com declividades iguais ou superiores a 30% (Dias *et al*, 2012). Mesmo esses números sendo de uma análise realizada em 1993, pouco mudou até o ano em curso, 2016, com uma contínua ocupação de áreas declivosas, visto que as áreas centrais, geralmente mais planas, encontram-se saturadas e hipervalorizadas imobiliariamente.

Como existem indícios de que as “primeiras edificações foram erguidas próximas a uma capela junto ao ribeirão São Bartolomeu”, onde hoje, em 2017, situa-se a Rua dos Passos, e como haviam grandes doações de terras à Igreja Católica, pode-se afirmar que esta foi o primeiro agente de produção do espaço urbano da cidade, uma vez que “a vida religiosa se confundia com a própria vida civil”:

“[...] com a morte, em 1819, do Padre Manoel Inácio de Castro. Ele era um latifundiário local e parte de suas terras, situadas próximas ao largo da ermida, foi dividida em pequenas frações e colocada à venda. O restante da área foi partilhado entre seus herdeiros. Este primeiro “loteamento” ocorrido em Viçosa atraiu pessoas de outros locais, principalmente de Piranga” (Cruz, 2014: p. 16-17).

Após a construção do marco arquitetônico, a ermida Santa Rita, o local passou de freguesia a distrito, de distrito a município, até ser elevado à categoria de cidade de Viçosa pela Lei Provincial n.º 2.216, de 03-06-1876.

Com tradição em atividades agropecuárias voltadas, inicialmente, ao abastecimento da população local e das cidades mineradoras Ouro Preto, Mariana e Piranga, a cidade passa a ser considerada, na primeira metade do século XIX, como “um pujante polo de comercialização agrícola, tendo o café como o seu principal produto” (Site da Prefeitura Municipal de Viçosa).

Com a implantação da estrada de ferro *Leopoldina Railway*, em dezembro de 1885, Viçosa começa a experimentar um processo mais intenso de urbanização, no início com infraestrutura de serviços bastante precária (água captada da antiga Fazenda Conceição, distribuída para poucas casas, e iluminação pública à base de querosene), e que depois foi impulsionado pela incorporação da energia elétrica na sua malha urbana.

Em 1922, por iniciativa de Arthur da Silva Bernardes, então presidente da província de Minas Gerais, a cidade evolui no ramo educacional quando começa a ser construída em uma grande área plana a Escola Superior de Agricultura e Veterinária (ESAV), instituição de ensino superior com o objetivo de desenvolver pesquisas científicas sobre problemas agrícolas e de introduzir tecnologia na atividade agrária.

A dinâmica da cidade em todas as suas dimensões (física, urbana, social, cultural, política e econômica) se transformou com o intenso processo de urbanização e crescimento do espaço urbano, ocorrido essencialmente a partir do final da década de 60 e início da década de 70, em virtude da federalização, em 1969, e expansão da antiga ESAV, que passou a ser Universidade Rural do Estado de Minas Gerais (UREMG), entre 1948 e 1969, e que hoje é denominada Universidade Federal de Viçosa (UFV). Esse processo de federalização consistiu em uma injeção consubstancial de capital na UFV que possibilitou sua expansão, criação de novos cursos, bem como a contratação de mais docentes e técnicos administrativos.

Reflexo disso foi a vinda de grande contingente populacional, inclusive estudantes, o que aumentou a população urbana de 9.342 habitantes, em 1960, para 17.000 habitantes, em 1970, ou seja, aumento de mais de 80% no intervalo de dez anos. Essa taxa de crescimento populacional se repetiu no mesmo intervalo de tempo, entre 1970 e 1980, totalizando nesse último ano 31.179 habitantes. Embora ao longo da década de 1980 essa taxa ter tido uma redução, a mesma continuou elevada, ficando próxima a 50%. Nas décadas posteriores, as taxas demográficas se acomodaram em torno de 30% (Ribeiro Filho, 1997; Cruz, 2008).

Apesar de, juntamente com as novas instituições privadas de ensino superior implantadas a partir dos anos 2000, a UFV ser responsável pelo título de “polo educacional” conferido à cidade, o rápido processo de urbanização gerado pela sua federalização, atrelado ao diminuto aporte governamental no que tange à provisão infra-estrutural, contribuiu significativamente para o aumento de desigualdades socioespaciais com a elitização de áreas centrais de topografia adequada para construções e com ocupações de risco em áreas periféricas pela população de menor renda, resultando em degradação do ambiente natural (Ribeiro Filho, 1997; Leite, 2014).

Isso é retrato geral do que aconteceu no Brasil a partir da década de 1930, devido ao forte processo de transição de país agrário-exportador para industrial, o que alimentou a crença de melhoria da qualidade de vida através das novas oportunidades de trabalho nos centros urbanos. Essa crença foi responsável pelo movimento migratório rural-urbano que provocou o inchaço populacional nas cidades, despreparadas e incapazes de absorver dignamente os imigrantes pobres, seja no mercado de trabalho, seja no seu espaço urbano.

Diante de todo esse panorama histórico e apesar de recentemente Viçosa vivenciar um novo rumo imobiliário, com o espraiamento e expansão de bairros rumo a periferias conformadas por condomínios fechados, onde reside a população de maior renda, e por universidades privadas, pode-se afirmar que desde seus primórdios os bairros populares da cidade ficaram à mercê da precariedade e se desenvolveram às margens da legislação, sob um modelo de privação no que se refere a serviços sociais, degustando amargamente um urbanismo contraditório, como é o caso do bairro Nova Viçosa sobre o qual trataremos no próximo tópico (Rodrigues, 2008).

NOVA VIÇOSA: A PRÁTICA DA AUTOCONSTRUÇÃO NA CONFORMAÇÃO DA PAISAGEM URBANA DE UM BAIRRO PERIFÉRICO

Vimos que os bairros de periferia são reflexo da produção desigual e excludente do espaço urbano de Viçosa, que apresentam diferentes níveis de integração com as áreas centrais e com a cidade formal, com predominância de condições precárias de habitabilidade na maioria deles, conforme atestam estudos nesse sentido (Leite, 2014; Coutinho, 2010).

Observa-se a proliferação de assentamentos periféricos que são reproduzidos

e reprodutores de uma urbanização brasileira calcada no trinômio: loteamento popular, casa própria e autoconstrução (Bonduki, 2011).

Um claro exemplo disso é o bairro Nova Viçosa, que surgiu no contexto da federalização da UFV e concomitantemente ao aumento populacional daquele momento, quando ocorreu a valorização imobiliária das áreas centrais já urbanizadas e inseridas na malha urbana, e o surgimento de diversos bairros periféricos como territórios possíveis, acessíveis à ocupação da população de menor renda.

O bairro localiza-se na região noroeste da cidade, a 4 km do centro, conforme mostra a **Figura 3** a seguir, que também apresenta os principais pontos de referência espacial no Nova Viçosa.



*Figura 3 - Principais pontos de referência no bairro Nova Viçosa, Viçosa (MG).
Fonte - Fotos do acervo das autoras, 2017.*

Foi implementado na década de 1970, por iniciativa do então prefeito municipal, Antônio Chequer, que parcelou propriedades rurais em 3500 lotes, por meio da Construtora Chequer, e os doou ou vendeu a preços baixos e com condições facilitadas de pagamento. Isso se confirma na fala de um morador do bairro, que se deslocou da zona rural de Porto Firme, cidade situada a 36 km de Viçosa, em busca de melhores condições de renda e emprego na cidade:

“Vim direto pra Nova Viçosa há trinta e sete anos, vim pra cá em 79, agora em julho faz trinta e sete anos... Comprei o terreno à prestação naquela época que o Toninho Chequer vendia à prestação, comprei o meu lote no valor de seis mil, naquela época era cruzeiro né?! Seis mil cruzeiro e quinhentos. Eu comecei a trabalháíá, aí passou um mês, dois mês, o salário era pequeno, aí que eu juntei um dinheiro, aí que eu dei entrada de um mil reais no lote e fui pagando o resto parcelado” (Senhor J.E.L.).

A iniciativa de implantação do bairro Nova Viçosa teve dois objetivos: a) remanejar as famílias pobres, normalmente imigrantes oriundas das áreas rurais e das cidades pequenas do entorno do município, que ocupavam o centro da cidade; e b) satisfazer interesses políticos eleitoreiros ao fornecer lotes e casas a baixos custos e até mesmo doando-os, ganhando votos ao “possibilitar a realização do sonho da casa própria”, mesmo que em locais inadequados, pois “o loteamento foi inaugurado (1979) sem qualquer serviço de infraestrutura urbana” (Tarôco, 2011: p. 50).

Ao mesmo tempo em que os lotes foram vendidos a preços acessíveis à parcela mais carente da população, esta foi vítima de um novo processo de exclusão na cidade, fazendo com que os problemas sociais que imperam no bairro até o decorrente ano, 2017, ficassem distantes do centro e longe dos olhos da gestão pública. A fala do outro morador descreve a situação inicial do bairro:

“[...] Falei: eu caí demais. Morava numa casa boa lá (EM SUA CIDADE DE ORIGEM: ARAPONGA), e eu caí demais. Comprei um barraco de três cômodu, não tinha água, não tinha luz, uma escuridão danada esse trem aqui (REFERINDO-SE À ÁREA DO BAIRRO NOVA VIÇOSA MAIS PRÓXIMA A POSSES).” (Senhor A.S.)

A invisibilidade conferida a esses problemas foi conveniente ao Estado por muito tempo, mas tem ganhado destaque recentemente, pois no ano de 2016, a Prefeitura Municipal foi condenada a refazer a infraestrutura urbanística relacionada ao desmembramento e loteamento dos terrenos feitos de forma irregular ocasionando prejuízos ambientais e sociais de grande impacto no bairro Nova Viçosa, conforme notícia veiculada pelo Jornal Folha da Mata⁹ que ressalta:

“O que se verifica da prova carregada aos autos é que no Bairro Nova Viçosa há uma situação de crescimento desordenado, o que vem causando prejuízos urbanísticos e ambientais de grande impacto, colocando em risco a população local. Dessa forma, em observância ao Princípio da Indisponibilidade do Interesse Público, é inadmissível que o Município réu mantenha-se inerte perante a situação em comento” (Folha da Mata, 2016).

O bairro é considerado hoje uma área de crescimento urbano espontâneo, de característica majoritariamente residencial, com extensas áreas ocupadas por pequenas casas em lotes de pequenas dimensões¹⁰, carentes de infraestrutura e equipamentos urbanos. (Dias, 2012).

⁹ Para ver a matéria completa do jornal mencionado, consultar: <http://www.folhadamata.com.br/noticia-prefeitura-condenada-a-refazer-toda-a-infraestrutura-do-bairro-nova-vicosa-1553>.

¹⁰ Área média dos lotes é de 200 m², com testada de 10 m e profundidade de 20 m.

Todos esses aspectos geraram um quadro generalizado de irregularidade no bairro, com 72% dos lotes sem registro em cartório, apenas 1,84% das construções realizadas com aprovação da prefeitura e 84% das edificações apresentando irregularidades construtivas. Detecta-se o poder público como grande gerador da ocupação irregular, na medida em que permite que ela ocorra, ignorando-a para que a população carente seja capaz de prover sua própria moradia sem que o Estado faça uma gestão habitacional efetiva (Dias, 2012).

Frente a esse cenário de exclusão e irregularidade que é antigo no bairro, os moradores, submetidos às dificuldades urbanas e habitacionais, passaram a combinar a prática da autoconstrução com, como comenta Maricato (1979), a herança do trabalho coletivo da roça e começaram a erguer, eles próprios, auxiliados por vizinhos, parentes ou amigos, suas casas nos espaços que apresentavam possibilidades mínimas de instalação.

O fenômeno da autoconstrução faz parte da constituição do bairro, pois os trabalhadores-autoconstrutores constroem sem nenhum tipo de assistência técnica e seguem realizando reformas, construções de novas moradias ou “puxadinhos”¹¹ nas lajes das casas dos familiares, nos fundos dos lotes ou em novos terrenos, através de economias escassas, geralmente, absorvidas pela constante ampliação do espaço habitacional. Isso faz com que seja comum andar pelas ruas do bairro e se deparar com materiais de construção nas calçadas, aguardando para serem empregados em construções futuras, como podemos ver nas **Figuras 4 e 5**.

¹¹ *Ampliação realizada em uma casa seja para potencializar os espaços dos cômodos ou até mesmo para servirem como mais uma moradia no terreno (Leite, 2014).*



Figura 4 - Presença de materiais de construção nas calçadas de praticamente todas as ruas do bairro Nova Viçosa.

Fonte: Acervo das autoras, 2017.



Figura 5 - Presença de materiais de construção nas calçadas de praticamente todas as ruas do bairro Nova Viçosa.

Fonte: Google Streetview, 2013.

Essa característica progressiva da autoconstrução faz com que se tenha a percepção, através do olhar horizontal definido por Claval (1999) referente à imagem externa do bairro, de uma paisagem eternamente e precariamente

inacabada, realmente fragmentária, mas estereotipada como local da feiúra e da desorganização, onde impera a falta de planejamento. A **Figura 6** retrata a paisagem fragmentária do bairro Nova Viçosa.



Figura 6 - Vista do bairro Nova Viçosa a partir do segundo pavimento de uma casa autoconstruída.

Fonte - Acervo das autoras, 2016.

Essa percepção não é de todo errônea, uma vez que a “periferia é permanentemente uma obra inacabada, refletindo um processo desigual da reprodução social e uma dinâmica contraditória de produção do espaço, que é valorizado seletivamente” (Villaça, 1986). Porém, ao se adentrar mais profundamente no espaço do bairro e ao conhecer as casas e seus moradores, a partir da perspectiva do olhar vertical definido por Claval (1999), entendemos que na verdade essas paisagens em constante autoconstrução não são elemento isolado, distante ou invisível, e sim...

“[...] elemento constitutivo – que se engendra, a partir e sobre as condições urbanas da expansão capitalista, sobre a formação do proletariado, sobre os vários fatores da determinação dos salários, sobre a contradição e não apenas sobre o paradoxo, de como uma enorme massa de assalariados não chega a constituir-se num mercado para a produção capitalista seja da residência, seja de melhoramentos públicos”. (Oliveira, 1979 apud Maricato, 1979: p. 15-16).

O cruzamento da perspectiva horizontal, do olhar sobre a estética, com a perspectiva vertical, do olhar sobre os aspectos culturais e sociais, no Nova Viçosa revela ainda que há ali sentimentos coletivos de pertencimento, de inserção na cidade e de conquista de um lar, mesmo que de maneira deficiente. Na fala do morador há a confirmação desses sentimentos:

“Pra mim o bairro representa tudo, pra mim é uma maravilha, o bairro Nova Viçosa pra mim como diz o ditado, é a mesma coisa como se fosse quase mesmo a minha casa, mesmo né, porque praticamente eu vim pra cá junto com o nascimento do bairro e já vou vendo ele crescer assim né?!” (Senhor J.E.L.).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste artigo, buscamos apresentar um panorama histórico sobre a autoconstrução no Brasil e entender se a dinâmica e efeitos dessa prática podem ser considerados elementos constituidores da paisagem e produtores do espaço urbano.

Como resposta a essa busca, vimos que a autoconstrução, enquanto elemento

possibilitador de acesso à moradia-abrigo, mesmo atrelada à precariedade e à irregularidade, se constitui em prática conformadora da paisagem em constante mutação de diversos espaços, mas principalmente da paisagem nos assentamentos urbanos populares.

Refletindo sobre as ideias de Claval (1999) e Jacques (2003) e relacionando-as ao caso do Nova Viçosa, vimos que, a partir da perspectiva horizontal de observação sobre o bairro, o processo de autoconstrução propaga no local a percepção de uma paisagem:

- a) fragmentária: casas eternamente inacabadas e em constante obra, o que conota ao local um aspecto visualmente negativo;
- b) com presença de labirintos: não que o bairro tenha vielas e becos estreitos e confusos, pois o bairro seguiu um projeto de loteamento, com traçado aproximadamente ortogonal, mas no sentido de que a maioria das ruas e casas não apresentam sinalização ou numeração, o que causa confusão na orientação espacial do passante; e
- c) rizomática: uma vez que a prática da autoconstrução possibilita a ocupação rápida pelo bairro, fazendo com que ele se expanda territorialmente como verdadeiro “rizoma”.

Já a percepção da dimensão vertical dessa paisagem demonstra que o espaço urbano autoconstruído de Nova Viçosa vai além da impressão estética negativa e revela traços de solidariedade, uma vez que as obras são feitas mediante ajuda mútua entre vizinhos, parentes e amigos; como também revela traços de resistência, ajuste e pertencimento, pois os moradores encontram na autogestão de suas casas meio de obtenção de moradia, conquista da casa própria, e nesse processo, se sentem inseridos na cidade.

Por fim, podemos considerar o bairro Nova Viçosa, como tantos outros bairros

de periferia no Brasil, como “cidades de chegada”, definição de Saunders (2013) para os locais que recebem a população imigrante de baixa renda, alojando-a e permitindo, mesmo que de forma precária e negligenciada pelo poder público, a vivência na cidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMO, P. (2007). **A Cidade Kaleidoscópica**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand do Brasil. 244 p.
- AZEVEDO, S. (2007). Desafios da Política Habitacional no Brasil. In: CARDOSO, A. (org.). **Habitação Social nas Metrópoles Brasileiras: uma avaliação das políticas habitacionais em Belém, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo no final do século XX**. Porto Alegre: HABITARE / FINEP. 30p.
- BALTRUSIS, N. (2007). Os Mistérios, os Truques e os Milagres do Capital e o Crescimento da Informalidade Urbana. In: GITAHY, M; LIRA, J. (org.). **Cidades: Impasses e Perspectivas**. São Paulo: FAU / Annablume / FUPAM. 14 p.
- BONDUKI, N. (2011). A lei do inquilinato e o congelamento dos aluguéis. In: BONDUKI, N. **Origens da habitação social no Brasil: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria**. São Paulo: Estação Liberdade. 5. ed., p. 208-245.
- BONDUKI, N. (1998). **Origens da Habitação Social no Brasil: arquitetura moderna, lei do Inquilinato e difusão da casa própria**. São Paulo: Estação Liberdade / FAPESP. 342 p.
- BRASIL (2008). **Lei Nº 11.888, de 24 de dezembro de 2008**. Assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social e altera a Lei no 11.124, de 16 de junho de 2005.
- COUTINHO, E. A. (2010). **Conflitos socioambientais urbanos: um estudo de caso**

- no bairro Bom Jesus - Viçosa/MG.** 67 f. Monografia (Bacharelado em Geografia) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG.
- CLAVAL, P. (1999). A paisagem dos Geógrafos. In: CORRÊA, R. L. (2004); ROSENDAHL, Zeny. (Org.). **Paisagens, textos e identidade.** Rio de Janeiro: EDUERJ, 90 p.
- CRUZ, T. A. (coord.) (2014). **Retrato Social de Viçosa V.** Viçosa, MG: CENSUS. 91 p.
- CRUZ, M. M. (2008). **Política em Sumaré: Favela São Domingos.** Dissertação (Mestrado em Urbanismo do Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologias) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas. 116 p.
- DAVIS, M. (2006). **Planeta Favela.** São Paulo: Boitempo. 272 p.
- DE LA MORA, L. (2007). **Produção Social do Habitat.** Recife. Habitat para a Humanidade. 30 p.
- DIAS, A. L. N. (2012). Gestão urbana e o processo de produção irregular do solo em bairros periféricos: o caso do bairro Nova Viçosa, Viçosa – MG. In: **Encontro Nacional de Tecnologia do Ambiente Construído**, 14. Juiz de Fora: XIV ENTAC. In: <http://www.infohab.org.br/entac2014/2012/docs/1483.pdf>. 5 p.
- FERRO, S. (2006). **Notas sobre o Vício da Virtude.** Novos Estudos - CEBRAP (76): p. 229-234. São Paulo. Nov. 2006. In: <http://www.scielo.br>.
- FOLHA DA MATA. (2016). Prefeitura condenada a refazer toda a infraestrutura do bairro Nova Viçosa. In: Jornal Folha da Mata Online, s/n, s/p. In: <http://www.folhadamata.com.br/noticia-prefeitura-condenada-a-refazer-toda-a-infraestrutura-do-bairro-nova-vicosa-1553>.
- IBGE. (2015). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa.** [online]. In: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=317130&search=minas-gerais|vicosa>.
- JACQUES, P. B. (2003). **Estética da ginga: a arquitetura das favelas através da obra**

de Hélio Oiticica. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2ª edição. 164 p.

LEITE, R. V. (2014). **Paisagens que mentem e revelam: a autoconstrução em Bom Jesus, Viçosa - MG, como estratégia de potencialização espacial na periferia (1970-2014).** 2014. 70 f. Monografia (Bacharelado em Geografia) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG.

LOPES, J. M. A. (2006) O anão caolho. **Novos Estudos.** CEBRAP, nº 76, p. 219-227.

MARICATO, E. (1979). “Autoconstrução, a arquitetura possível”. In: MARICATO, E (Org.). **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial.** Alfa Ômega. 24 p.

MARICATO, E. (1982). **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial.** 2. ed. São Paulo: Alfa Ômega. 166 p.

MARICATO, E. (2001). **Brasil, Cidades: alternativas para a crise urbana.** Petrópolis, RJ: Vozes. 204 p.

MARICATO, E. (2009). **Por um novo enfoque teórico na pesquisa sobre habitação.** Cadernos Metrópole (PUCSP), v. 21, p. 33-52.

OLIVEIRA, F. (1979). Prefácio. In: MARICATO, E. **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial.** Alfa Ômega.

MARICATO, E. (2006). O Vício Da Virtude: autoconstrução e acumulação capitalista no Brasil. **Novos Estudos** - CEBRAP (74): p. 67-85. Mar 2006. In: <http://www.scielo.br>.

RIBEIRO FILHO, G. B. (1997). **A formação do espaço construído: cidade e legalização urbanística de Viçosa-MG.** Dissertação (Mestrado em Urbanismo – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ. 247p.

ROCHA, A. S. (2011). **Os ambientes de autoconstrução: necessidade, desejo e fruição na constituição da periferia metropolitana.** In: SIMPURB, 11. In: <http://xiisimpurb2011.com.br/app/web/arq/trabalhos/3f4128c1cf44149364bc92e098ab7eda.pdf>.

- RODRIGUES, N. M. (2008). **A organização do espaço urbano, segregação socioespacial e Plano Diretor na cidade de Viçosa, MG (1996-2005): o caso do bairro Maria Eugênia e Centro**. Monografia (Bacharelado em Geografia) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG. 69 p.
- SÁ, W. L. F. (2009). **Autoconstrução na Cidade Informal**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano - Departamento de Arquitetura e Urbanismo). Universidade Federal de Pernambuco, Recife. 169 p.
- SANT'ANNA, M. (2014). A obra de Paola Berestein Jacques: estética da ginga. In: **Arquitetura Popular: espaços e Saberes (UFBA)**. In: <http://www.arqpop.arq.ufba.br/node/93>.
- SANTOS, M. (1988). **Metamorfoses do espaço habitado, fundamentos teórico e metodológico da Geografia**. Hucitec: São Paulo. 132 p.
- SAUNDERS, D. (2013). Cidade de chegada: a migração final e o futuro do mundo. Tradução Sieben Group. São Paulo: DVS Editora. In: https://books.google.com.br/books?id=vmiwDQAAQBAJ&pg=PT4&lpg=PT4&dq=resumo+de+SAUNDERS,+Doug.+Arrival+city&source=bl&ots=spjcchn1fH&sig=7714Aa-cQY2aQcL4JVpi8dc2x_E&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKEwiM9oWmsoDSAhVITZAKHV3RCOUQ6AEINzAE#v=onepage&q&f=false.
- TURNER, J. (1977). **Vivienda, Todo El Poder Para Los Usuarios: Hacia La economia em La Construcción del Entorno**. Madrid: H. Blume. 171 p.
- TARÔCO, A. L. A. (2011). **Habitação de Ação Imediata em Viçosa-MG**. Relatório parcial de bolsa MARÇO/2010 – JANEIRO/2011. Viçosa: DAU. 322 p.
- VILLAÇA, F. (1986). **O que todo cidadão precisa saber sobre habitação**. São Paulo: Global. 56 p.